

# POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM NOVA IGUAÇU E MUNICÍPIOS VIZINHOS

Naiara Tavares da Silva<sup>1</sup>  
Susana Iglesias Webering

## 1. Introdução

O tema abordado nesta pesquisa tem sido muito discutido no âmbito da administração pública. Através do desenvolvimento de políticas públicas o Estado tem utilizado a Economia Solidária (ES) como estratégia para a geração de trabalho e renda. Baseado nestes fatos, esta pesquisa tem como objetivo mapear e analisar as políticas públicas relacionadas à ES em Nova Iguaçu e municípios vizinhos da Baixada Fluminense.

A discussão acerca da ES vem crescendo a cada dia, assim como a quantidade dos grupos pertencentes a essa “nova economia”. O maior problema enfrentado por esses grupos é encontrar uma maneira de se tornar sustentável, instante em que entram as ações dos governos através das Políticas Públicas voltadas para a ES, ou políticas que se desenvolvem simplesmente como estratégia de governo.

Quando transformadas em estratégia de governo, estes grupos ficam muito fragilizados. É neste momento em que buscamos verificar se as políticas públicas de ES na baixada fluminense são eficazes à luz do que é a ES, da demanda dos grupos e dos objetivos da Administração Pública.

A delimitação da pesquisa não está somente acerca do Município de Nova Iguaçu, mas também Belford Roxo, Mesquita, Queimados, Japeri e Nilópolis, cidades que se emanciparam de Nova Iguaçu<sup>2</sup>. Abrangemos a pesquisa para os municípios vizinhos, uma vez que a análise de um município separadamente, levando em consideração a configuração da Baixada Fluminense, poderia excluir fatos relevantes. É notável, que mesmo com as emancipações existem laços muito fortes entres os municípios em questão.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Administração pela UFRRJ, pertencente ao Grupo de Pesquisa sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS). Rua Sinuosa, 301, Centro, Nova Iguaçu – RJ CEP: 26285.080 / Cel: (21) 9521-6854/ e-mail: naiara.tavares@bol.com.br

<sup>2</sup> Antes da década de 1940, grande parte da Baixada Fluminense pertencia ao município de Nova Iguaçu. Em 1943, o município de Duque de Caxias se emancipou, seguido dos municípios de Nilópolis e São João de Meriti, em 1947. Em 1990 foram os municípios de Queimados e Belford Roxo, em 1991 o município de Japeri e o último município a se emancipar foi Mesquita, em 1999.

Nossa análise tem como referência os últimos três anos (2003-2006) até o momento, devido ao fato deste tema ser muito atual. As Políticas Públicas de ES, quando existem, foram implementadas principalmente após 2003, momento em que a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), pertencente ao Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), já havia se constituído, ocasionando uma maior articulação entre os integrantes da ES no país.

O levantamento das políticas públicas na região tem sido feito por meio de pesquisa exploratória, com levantamento bibliográfico, entrevistas com envolvidos na ES, visitas às prefeituras e Secretarias Municipais e participação nos fóruns.

## **2. Contextualização**

Antes de falar sobre a ES propriamente dita, faremos uma breve contextualização do processo histórico que justifica sua intensificação desde o final da década de 1980. Tentaremos, pois, caracterizar a realidade sócio-econômica em que a ES se constitui. Para isso, iniciaremos falando sobre a crise do capitalismo e conseqüentemente do trabalho, a realidade em que ela está inserida.

Após as duas grandes Guerras Mundiais, definidas por Hobsbawm (1994) como a Era da catástrofe, o mundo teve cerca de 30 anos de crescimento econômico acelerado, juntamente com a modernização dos países agrários atrasados<sup>3</sup> e transformações sociais, o que mudou profundamente a sociedade. Após essa “Era de Ouro”, já na última parte do século, veio uma nova era de decomposição, incerteza e crises que afetaram, em graus diferentes, o mundo por inteiro, uma vez que a economia estava cada vez mais integrada e universal, principalmente com a queda dos regimes soviéticos – na virada da década de 1980 para década de 1990 -, momento em que o capitalismo se constitui como modelo único.

De acordo com o mesmo autor, acreditava-se que a crise que se iniciou na década de 1970 era passageira, buscando-se soluções sempre temporárias. No entanto, foi ficando claro que os problemas eram de longo prazo, passando-se a buscar soluções radicais. Na década de 1980 e início da década de 1990, com a intensificação da crise, o mundo se deparou com desemprego em massa, grandes depressões econômicas e

---

<sup>3</sup> Esse grande crescimento tecnológico ocorreu a partir da década de 1960, principalmente em países de Terceiro Mundo, o que ocasionou uma alta produtividade. Foi chamado de “Revolução Verde”. (HOBSBAWM, 1994, p. 287)

intensificação da desigualdade social. Neste período, percebeu-se também que a crise mundial era, além de econômica, política e social. (HOBSBAWM, 1994, p. 15-21)

Essa crise da década de 1970 ocorreu após um período de intensa acumulação de capitais e se constituiu em um contexto de crescente queda do lucro decorrente do aumento dos salários e intensificação das lutas sociais. Nesta conjuntura houve o esgotamento do padrão de acumulação de produção (taylorista e fordista) ocasionado pela redução do consumo, o que deslocou o foco para o capital financeiro. Essa reformulação econômica fez com que os investimentos nas indústrias caíssem e o desemprego aumentasse. Ao mesmo tempo, cresceu o número de monopólios e oligopólios, e o Estado do bem-estar social entrou em crise, ocasionando a crise fiscal do Estado capitalista, retração dos gastos públicos e transferência para o privado. A tentativa de resposta à crise, veio como uma reorganização do capital e com a disseminação da ideologia neoliberal. (ANTUNES, 1999, p. 29-31)

Para a América Latina, em particular o Brasil, a década de 1980 foi marcada por uma forte estagnação econômica, que culminou, com a inserção em um mundo globalizado na década de 1990, sob a pragmática neoliberal, em inúmeras privatizações, abertura do mercado, reestruturação do setor produtivo nacional e conseqüente desemprego em massa. (MANETTI, 2005)

Segundo Antunes (1999), essa crise experimentada pelo capital tem acarretado em profundas mudanças no mundo do trabalho. Mudanças essas como o desemprego estrutural, a presente precarização das condições do trabalho, que acaba fragilizando o modelo de trabalho assalariado através de subcontratações, empregos temporários e atividades autônomas. Outra conseqüência que tem chamado muito a atenção dos organismos internacionais é a degradação da natureza.

Em meio a toda essa crise, cresceu o número de pessoas trabalhando na informalidade e que acabam se submetendo a precarização do trabalho. Para garantir a sobrevivência em meio à “falta de emprego”, o trabalhador abdica de direitos e se sujeita a trabalhos em condições precárias. (SCHIOCHET, SILVA e BERTUCCI, 2005) O desemprego passou a ser uma ameaça para os trabalhadores que por ventura reivindicassem melhores condições de trabalho, fazendo com que a classe não tivesse poder de barganha na negociação com os empregadores.

Neste contexto, outras formas de organização do trabalho vão surgindo e se firmando na sociedade, em sua maioria em função da necessidade de encontrar alternativas à geração de renda. Desta maneira se constituem as experiências coletivas de trabalho e produção, fincadas em uma ideologia e racionalização diferentes da capitalista: a ES.

## **2.1 A ES frente à crise do capitalismo**

A ES começou a despontar no país, embora ainda não tivesse essa nomenclatura, em meados dos anos de 1980, como forma de reação dos movimentos sociais à crise do desemprego em massa, agravada pelo “fenômeno” da globalização e adoção de medidas neoliberais. (RUTKOWSKI e LIANZA, 2004)

Essas iniciativas partiam principalmente dos setores da igreja que se caracterizaram por fazer trabalhos em lugares mais isolados ou abandonados, voltados para os mais necessitados e empobrecidos. No entanto, ainda na década de 1980, essas iniciativas tinham pouca visibilidade, não faziam parte do núcleo principal de mobilização e luta. Existiam como espécie de obra de entidades assistenciais ou filantrópicas. (GAIGER, 2000)

Com o tempo, a ES vai ganhando visibilidade social - na década de 1990 - e política - mais intensificada na virada do século. É neste momento em que surge a nomenclatura “Economia Solidária” para designar essa nova realidade. (GAIGER, 2000) Para Schiochet, Silva e Bertucci (2005) a ES surge como atitude crítica frente ao modelo de desenvolvimento constituído, que produz concentração de renda e conseqüente miséria, subordinando e explorando o trabalhador e a natureza.

A ES surge então da exclusão econômica de determinados grupos na sociedade, que impulsiona o surgimento de novos comportamentos coletivos firmados em propostas de trabalho calcadas na cooperação e na solidariedade que, com o acúmulo de práticas, proporcionam um sentimento de capacidade transformadora. É provável que por esse motivo, aliado à vontade e necessidade de mudança, a ES esteja crescendo, conseqüência da insatisfação com a realidade em que vivemos. (WEBERING, 2005)

O conceito de ES está relacionado aos empreendimentos autogestionários em seu sentido amplo de cooperação, que podem não pertencer ao setor popular, e a relação destes com o Estado, entidades e sociedade civil. Geralmente possuem reciprocidade no

centro de sua ação econômica, na qual as pessoas se associam de forma voluntária objetivando satisfazer necessidades sociais e culturais. Uma vez associados esses trabalhadores são donos do empreendimento, sendo de inteira responsabilidade deles sua gestão. Geralmente combinam a autonomia de gestão a uma atitude de responsabilidade e de envolvimento social, também com a construção de espaços públicos para promover discussões. Em sua maioria, os atores envolvidos são trabalhadores excluídos do mercado formal, que buscam através desses empreendimentos melhorar a realidade em que vivem. (WEBERING, 2005)

Alguns autores como Maurício Abdalla (2002) e Paul Singer (2002), consideram que a ES não é simplesmente uma alternativa à renda, e sim uma alternativa ao próprio sistema. Acreditam, que as práticas dessa “nova economia” ao se difundir e ganhar espaço no Brasil e no mundo, irão suplantar o sistema capitalista. (ABDALLA, 2002) A crise enfrentada hoje, aparente na miséria, violência, desigualdade social e degradação ambiental, está deixando o mundo em estado de calamidade. Esses autores defendem essa hipótese sobre a ES pelo fato dela proporcionar às pessoas melhores condições de vida, melhorando as relações humanas entre si e sua relação com o meio ambiente, além de melhorar as condições de trabalho.

Outros autores como Ricardo Antunes, reconhecem que a ES minimiza a barbárie do desemprego estrutural, atuando em lacunas que o Estado não preenche. Para ele, essas atividades cumprem papel de “funcionalidade” em relação ao sistema na medida em que incorporam parte dos trabalhadores desempregados, surgindo como consequência da crise estrutural do capital. Portanto, seria um equívoco considerar a ES uma “real alternativa transformadora da lógica do capital e de seu mercado”. (ANTUNES, 1999, p. 111-115)

A ES realmente se intensificou com a crise estrutural do capital, principalmente nos países onde não há eficiência do Estado de bem-estar social. No entanto, os empreendimentos cooperativos, associativos e autogestionários, que hoje ajudam a caracterizar a ES, têm sua origem em período pouco depois do surgimento do capitalismo industrial, aparecendo como “reação ao empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e organização fabril da produção”. (SINGER, 2002, p. 24)

Levando em consideração os posicionamentos anteriores em relação à ES, consideramos que a associação do termo à uma “nova ideologia” e “transformação” do capitalismo possui um caráter deveras utópico, uma vez que se caracteriza como um mecanismo de sobrevivência, havendo o risco de se idealizar práticas que não são idealistas. Seria inviável fazer com que todas as pessoas agissem calcadas nos princípios da ES, da mesma forma que não foi possível fazer com que todos agissem na lógica da acumulação capitalista. (WEBERING, 2005)

A ES não se coloca hoje na sociedade como *opção* de renda ou trabalho, sua configuração está vinculada à necessidade de sobrevivência de parcela da população. Essas práticas não idealizam uma transformação no modo de produção capitalista, simplesmente se configuram de maneira peculiar, indo contra a lógica vigente de produção, consumo e organização. (WEBERING, 2005)

## **2.2 A ES e as Políticas Públicas**

Embora o termo seja muito recente, a noção de Política Pública surgiu a partir da Revolução Industrial, que viabilizou um grande crescimento das cidades. Como consequência, cresceram as necessidades sociais no meio urbano, como saneamento e transporte. Ao mesmo tempo, o crescimento da industrialização fez com que as demandas ligadas ao mundo do trabalho começassem a surgir, como a regulação das condições de jornada de trabalho. Tudo isso gerou uma necessidade de intervenção do Estado na sociedade. (KAPRON e FIALHO, 2003)

Ao se falar em Políticas Públicas, entende-se por ações e/ou recursos advindos do Estado voltado para um público. Esses recursos podem ser simplesmente uma intervenção administrativa, sem o uso do orçamento público, ou recursos de aplicação orçamentária. Segundo Bonetti (2006, p. 14), uma decisão de política é tomada com base em dados da realidade na qual se busca intervir através das políticas públicas. Elas seriam o resultado da dinâmica de poderes entre grupos econômicos, políticos, classes sociais e outras organizações da sociedade civil. Essas relações determinam o direcionamento das ações do Estado na realidade social.

As políticas públicas de ES buscam desenvolver essa nova forma de geração de renda com o intuito de reduzir o desemprego em massa. Barbosa (2007) defende que as políticas públicas de proteção social e trabalho são consequências da incapacidade do

capitalismo resolver os problemas sociais criados por ele próprio, ao mesmo tempo em que são frutos das lutas de classe.

Por ir contra a lógica do capital, e ao mesmo tempo estar inserida nele, a ES encontra inúmeros empecilhos para se constituir e crescer. Neste sentido, necessita do amparo do Estado para o seu desenvolvimento. É neste contexto que entram as políticas públicas.

Falar sobre Políticas Públicas de ES no Brasil é um campo muito limitado, tendo em vista que as principais ações foram implementadas no atual governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo então um período curto para análises profundas. No entanto, é importante constatar que essa experiência pioneira mostra que pela primeira vez um governo assume uma via de trabalho que não é o assalariado e investe de fato na geração de renda. (BARBOSA, 2007)

Barbosa (2007) diz que mesmo assumindo essa outra via de trabalho, o atual governo se mostra contraditório, pois ao mesmo tempo em que incentiva novas formas de sustentação, que se opõe ao sistema capitalista, toma decisões e atitudes que vão contra os interesses desse movimento. Decisões estas que se submetem aos interesses dos organismos internacionais, conseqüentemente à lógica neoliberal.

Em 2003 o Governo criou a SENAES, vinculada ao MTE, sob a direção do Professor Paul Singer. Seu surgimento foi impulsionado pela mobilização de grupos da ES, que ao adquirir maiores relações através dos Fóruns Sociais Mundiais (FSM) fizeram uma carta ao governo propondo políticas de apoio ao desenvolvimento da “nova economia”. Assim, também no ano de 2003 foi criado o Fórum Brasileiro de ES (FBES) com o objetivo de articular a ES em todo país, neste caso os empreendimentos, assessorias e gestores públicos.

Dentre as medidas tomadas pela secretaria, destaca-se o Plano de ES em Desenvolvimento (PESD), que entrou em vigor em 2004 tendo como objetivo “promover o fortalecimento e divulgação da ES mediante políticas integradas visando à geração de trabalho e renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário”. O PESD leva em consideração que a ES é um importante instrumento de combate à pobreza e geradora de inclusão social<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_apresentacao.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.pdf), acesso em 06 de fevereiro de 2008.

Do ano de 2004 ao ano de 2007 a SENAES e FBES trabalharam em parceria para realizar o mapeamento da ES em todo território nacional. Através da pesquisa de mapeamento dos empreendimentos e seus resultados, facilitou-se o campo de atuação em relação à ES por parte dos Governos, sejam eles municipais, estaduais ou até mesmo o governo federal. Assim, começaram a aparecer mais Políticas Públicas no ramo.

Mesmo com essas informações que facilitam a atuação dos governos, de acordo com Barbosa (2007), a divulgação dos programas de ES do Governo Federal em relação aos empreendimentos e políticas sociais, estão sendo realizadas por meio de entidades de assessoria<sup>5</sup> e não por meio dos governos locais. Há interface com os governos regionais, mas somente os que possuem programas de ES, o que mostra que a ação pública ainda é pequena.

Segundo Novaes e Serafim (2007), no Brasil, as Políticas Públicas de ES possuem o intuito de amenizar as pressões sociais, e não criar um modelo alternativo ao desenvolvimento, sendo vista como um “trampolim” para o emprego formal, ou como algo passageiro, diante da crise do desemprego.

Um ponto preocupante em relação às Políticas Públicas de ES tomadas até então pelo atual governo diz respeito a continuidade delas. Há um histórico no país de políticas públicas de curto prazo, definidas em função de cargos eletivos. É necessário que haja uma continuidade nas políticas públicas para que sejam eficientes de fato. Desta forma, mesmo com a criação da SENAES e suas conseqüências positivas para a ES, não se sabe ao certo qual será o seu destino.

### **3. Resultados**

A maioria dos empreendimentos que caracterizam a ES na Baixada Fluminense, de acordo com dados da SENAES, possui caráter informal, sendo grande parte formados como alternativa ao desemprego e complemento de renda. Os empreendimentos funcionam geralmente em lugares emprestados ou cedidos, normalmente por igrejas e ONGs.

A divulgação dos empreendimentos é bastante precária, sendo a maior parte dos seus produtos comercializados no mercado local ou comunitário, com entrega direta aos

---

<sup>5</sup> Entende-se por entidades de assessorias ONGs, sindicatos, universidades e igreja.

clientes. Devido à clientela incipiente e exigência de prazos de pagamentos, os empreendimentos possuem dificuldade na comercialização de seus produtos.

O acesso ao crédito é dificultado devido aos prazos de carência inadequados e pela falta de aval ou garantia. Em relação à assessoria e capacitação, em sua maioria são feitas por entidades como ONGs e igreja.

Percebemos então, que devido a falta de ação dos municípios, os empreendimentos de ES são em sua maioria “acolhidos” por igrejas e ONGs, tendo essas participação intensa na Baixada Fluminense. Ao mesmo tempo, percebemos uma necessidade de ação dos governos municipais, com incentivo a divulgação da ES em seus municípios, visando a expansão da mesma.

De acordo com a SENAES, nos municípios em questão, ao todo são 209 empreendimentos que se enquadram na ES. Dentre eles, 154 estão no município de Nova Iguaçu, 22 no município de Mesquita<sup>6</sup>, 16 no município de Belford Roxo, 7 no município de Nilópolis, 5 no município de Queimados, 5 no município de Japeri.<sup>7</sup>

A SENAES estabeleceu alguns critérios para classificar os empreendimentos da ES na execução do mapeamento. São os seguintes: exercer atividade de produção ou de serviço, estar organizado de forma coletiva; possuir caráter permanente, estando em processo de implantação ou já exercendo atividades; ser legalizado ou não; ter atividade econômica como motivo da organização;

Baseados nestes critérios é que foram mapeados os empreendimentos na Baixada Fluminense assim como em todo Brasil.

### **3.1 Município de Nova Iguaçu**

Através de entrevista com o Sr. Rogério Rocha, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social da Prefeitura de Nova Iguaçu, e com representantes de grupos pertencentes a ES no município, pudemos detectar o tipo de relação existente entre os envolvidos.

Existe no município uma Incubadora de Cooperativa, que surgiu de um convênio da FINEP e ITCP<sup>8</sup>/COPPE/UFRJ. Esses organismos convidaram quatro prefeituras para

---

<sup>6</sup> A prefeitura de Mesquita em parceria com o IBASE deu continuidade ao mapeamento e até agora são 33 empreendimentos no município. Dado que ainda não está disponível no site do MTE.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>, acesso em 7 de fevereiro de 2008.

<sup>8</sup> A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da COPPE, UFRJ, foi criada há 12 anos sendo a primeira incubadora de empreendimentos solidários do Brasil.

montar incubadora de cooperativas em seus municípios. Os municípios convidados foram Nova Iguaçu, Mesquita, Osasco e Santo André. A princípio a ITCP daria um suporte técnico e quem desenvolveria o projeto seriam as prefeituras.

Através dessa proposta a Prefeitura de Nova Iguaçu resolveu montar a incubadora. Em 2006 foi feita uma seleção de empreendimentos que se enquadravam na ES para ser incubados. Dos poucos empreendimentos que surgiram, foram selecionados oito. Desses oito, somente seis permaneceram.

Desses seis empreendimentos, um já era cooperativa legalizada, e outros dois formaram cooperativa com todos os tramites legais através do trabalho da incubação. Os três restantes tiveram resistência à legalização pelo fato de ser necessário pelo menos 20 cooperados para se formar uma cooperativa<sup>9</sup>, esses empreendimentos já estavam estruturados em grupo de seis ou sete componentes.

Através da incubadora, um dos empreendimentos conseguiu patrocínio da Petrobrás para melhoria do maquinário, outros empreendimentos já tinham incentivos de outras organizações como Igreja e ONGs.

A incubação dura dois anos, sendo o primeiro ano dedicado a cursos e treinamentos de cooperativismo, gestão financeira, produção, etc, e o segundo ano dedicado ao acompanhamento do desempenho. Atualmente os empreendimentos incubados estão no final da segunda fase de incubação. No meio dessa fase houve um problema relacionado aos recursos, que acabaram no meio do projeto.

Em relação à continuidade do projeto, a prefeitura está com reunião agendada com a ITCP para definir os rumos da incubadora. Existe o intuito de abrir uma nova seleção em meados de 2008 para novos empreendimentos. Entretanto, este é ano de eleições municipais, o que pode ser um empecilho para esta nova seleção.

Ao entrevistarmos uma representante de um dos empreendimentos incubados, CECOM, percebemos que não há clareza sobre quem deu continuidade ao processo de incubação. Para ela, a instituição responsável pelo projeto é a COPPE, que mesmo assim, não terminou a incubação. Aparentemente o final do processo ficou pendente. Essa pendência, como vimos anteriormente no depoimento do Sr. Rogério Rocha, ocorreu devido à falta de recursos.

---

<sup>9</sup> Lei nº 5.764/71, Lei das Cooperativas

Até o momento, não podemos considerar que a criação da incubadora de cooperativas se caracteriza como política pública do município, visto que a iniciativa partiu de uma universidade federal, a UFRJ. Isso confirma a grande participação das universidades no desenvolvimento da ES.

O Fórum de ES de Nova Iguaçu surgiu de um incentivo da Equipe de mapeamento dos empreendimentos de ES e é atualmente organizado pela Diocese e integrantes da ES do município. No fórum podem participar também integrantes da ES de outros municípios. A prefeitura pouca participação tem. Observamos que há um descontentamento de grande parte dos integrantes do fórum em relação à atuação da prefeitura. A maior parte dos integrantes é artesão.

Além da incubadora, a prefeitura institucionalizou uma feira de ES, direcionada exclusivamente aos habitantes da cidade que exercem atividades pertencentes a “outra economia”. Nesta feira, os grupos participantes são isentos de impostos.

Começaram a surgir problemas em relação à feira. Primeiramente com os próprios participantes que começaram a disputar o local. A maioria queria estar na feira todos os dias, não dando espaço para os grupos que produziam em alguns dias e vendiam em outros. Outro problema surgiu com alguns comerciantes que começaram a reclamar com a prefeitura sobre a concorrência com a feira que estava sendo desleal, pois estes pagam impostos no município, não podendo baratear seus produtos. Além disso, grupos de municípios vizinhos tentaram conquistar lugar na feira e foram rejeitados pela prefeitura, que argumentou investir na ES no município e não nos municípios vizinhos.

Em função desses problemas, e tentativa de resolvê-los mal sucedida, a prefeitura não mais se responsabiliza pela organização da feira. De acordo com o Sr. Rogério Rocha, esses fatos o levaram a concluir que a ES no município praticamente não existe. Para ele, existem vários grupos que produzem artesanato, e que vendem seus produtos, porém sem estar inseridos na lógica da ES. Não há atitudes de cooperação entre eles, tampouco uma maneira de produzir nesses ideais. O que seria na verdade Economia Popular apenas.

Esse posicionamento da prefeitura de Nova Iguaçu em relação à feira de ES do Município acaba gerando problemas para os próprios indivíduos do setor. Em uma entrevista informal com uma produtora de arte com reciclados no encontro Fé e

Política<sup>10</sup>, descobrimos que as demais prefeituras têm resistência em acolher os empreendimentos de Nova Iguaçu, exatamente pela cidade não “aceitar” os empreendimentos dos outros municípios.

Levando em consideração as características da divisão territorial da Baixada Fluminense, podemos concluir que não existe uma dinâmica econômica completamente independente, mesmo com as emancipações. Há ainda uma relação muito forte entre os municípios. Essa atitude da prefeitura é contrária ao ideal da própria ES, na qual os indivíduos agem solidariamente entre si, colaborando uns com os outros. Além disso, como visto anteriormente, a ES tem grande dificuldade de se fortalecer em meio ao sistema capitalista, pois “nada contra a corrente”. Desta maneira, os empreendimentos necessitam de uma comunicação e troca entre si. Daí surgem as redes de cooperativas, na qual os empreendimentos de ES formam uma rede de comércio e consumo entre si, visando o fortalecimento mútuo.

Foi constatado também que não existe no município um sistema de micro-crédito solidário popular, o que dificulta a busca por crédito dos empreendimentos solidários. Existe o micro-crédito em parceria com um banco. No entanto, para conseguir acesso ao crédito nesse sistema, os empreendimentos precisam ter “nome limpo”, que não é a realidade da maioria deles.

### **3.2 Município de Mesquita**

Apesar de ter sido o último município a se emancipar de Nova Iguaçu, as ações da prefeitura de Mesquita em relação à ES são bastante consideráveis. Entrevistamos a Sra. Aline Rocha, representante da prefeitura, juntamente com sua equipe de trabalho.

Existe no município a Incubadora Municipal de Cooperativas Populares, que possui a mesma origem da Incubadora de Nova Iguaçu, incentivo da FINEP e ITCP/COPPE. O tempo de incubação dos empreendimentos é de dezoito meses, sendo que até o momento foram incubados quatro empreendimentos. Um destes foi legalizado como empresa simples em função dos empecilhos da Lei das Cooperativas como o número mínimo de vinte cooperados, e por não ter Leis que as subsidiem.

Existe ainda um Centro de Referência de Economia Solidária (CRESOL), criado em 2007, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho (SEMAS),

---

<sup>10</sup> Que ocorreu no município de Nova Iguaçu nos dias 10 e 11 de novembro de 2007.

em parceria com a Fundação Banco do Brasil e MTE. Atualmente o Centro de Referência congrega as ações da Incubadora, uma Loja de Economia Solidária e é sede do Fórum Municipal de ES.

Para expor os produtos na Loja de Economia Solidária, é exigido que os produtores participem de pelo menos três reuniões do Fórum. Existe ainda uma divisão de trabalhos interna, uma espécie de escala para o atendimento na loja, que permite que os outros integrantes produzam. Pelo que pudemos perceber, tudo é feito com discussão e consenso de todos, de maneira democrática. Ao final do mês, cada integrante recebe o dinheiro referente aos seus produtos vendidos.

Em relação ao Fórum Municipal de Economia Solidária, existente desde 2005, são feitas reuniões mensalmente, com a participação de todos os envolvidos, independente de expor os produtos na Loja. Os representantes da prefeitura também participam das reuniões.

Existe ainda uma parceria da prefeitura com o Governo Federal para a criação de uma feira Municipal de Economia Solidária fixa, que será inaugurada dia 30 de maio de 2008. Nesta feira estarão envolvidos todos os participantes da Economia Solidária do Município, independente de estar vinculado ao CRESOL.

Além do apoio da prefeitura, os integrantes da ES do município estão conseguindo apoio de Instituições como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que está financiando um projeto com o intuito de divulgar a ES do município e dar visibilidade aos produtos, além de ministrar cursos de capacitação.

Em relação ao Micro-crédito, houve uma tentativa de se conseguir recursos deste tipo, no entanto não houve avanços no que diz respeito à cessão de crédito.

É importante destacar que os integrantes da ES do município de Mesquita possuem interface com a prefeitura e buscam sempre melhorias, reivindicam por direitos e políticas públicas, sendo sempre ativos.

#### **4. Conclusões**

Ainda que parciais, os dados preliminares desta pesquisa nos permitem chegar a alguns indicativos e conclusões, com base nas entrevistas feitas com representantes da prefeitura dos Municípios de Nova Iguaçu e Mesquita, juntamente com grupos de produção dos respectivos municípios.

Em Nova Iguaçu não podemos responsabilizar o desenvolvimento da ES à atuação da prefeitura. Os grupos, em sua maioria foram constituídos em período anterior à atuação municipal, sendo portanto, estruturados independentemente da prefeitura. Houve uma forte atuação de Igrejas e ONGs neste processo, até mesmo para a formação do Fórum Municipal. É importante destacar que a prefeitura não possui participação na administração do fórum, ficando a cargo da diocese e representantes de grupos de produção.

No entanto, na prefeitura de Mesquita há uma atuação forte juntamente com os integrantes da ES do município. Talvez o fato de ser um município novo, com apenas 9 anos de existência, facilite esta interface. Em relação ao fórum, a administração é feita com a participação tanto da prefeitura quanto dos grupos de produção pertencentes à ES. Além da existência da incubadora de cooperativas populares foi criado o Centro de Referência, a loja de Economia Solidária e uma feira fixa para os produtores do município. Podemos portanto, caracterizar políticas públicas de ES neste município.

Até o momento não detectamos indícios de Políticas Públicas de ES nos outros municípios em estudo. Por este motivo, levantamos a hipótese de que haja um maior incentivo à ES nos governos municipais onde existe aliança com o Governo Federal, atualmente gerido pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Como visto anteriormente, os municípios da baixada com maior incidência de empreendimentos de ES são Nova Iguaçu, com 154 empreendimentos e Mesquita com 22 empreendimentos. O atual prefeito de Nova Iguaçu é Lindberg Farias, pertencente ao PT, e o de Mesquita é Artur Messias, também do PT. Os demais prefeitos não pertencem a esse partido.

Analisando a área de extensão, Nova Iguaçu é o maior município, portanto seria lógico concentrar um grande número de empreendimentos. Entretanto, Belford Roxo, Queimados e Japeri medem 78,031 km<sup>2</sup>, 76,7 km<sup>2</sup> e 81,4 km<sup>2</sup> respectivamente e possuem 16 empreendimentos o primeiro, e 5 empreendimentos cada um dos outros dois municípios. Em compensação, o município de Mesquita mede 41,6 km<sup>2</sup> sendo menor do que os anteriores, possuindo maior número de empreendimentos solidários.

Segundo pesquisa do IBASE<sup>11</sup>, em âmbito nacional, a maior incidência de Políticas Públicas de ES ocorre nas gestões em que os prefeitos pertencem ao PT, o que vêm a confirmar essa tendência da Baixada Fluminense.

## 5. Referências

- ABDALLA, Maurício. *O princípio da cooperação: em busca de uma nova racionalidade*. São Paulo: Paulus, 2002.
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 26, p. 101-117.
- BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. A política pública de Economia Solidária. In: \_\_\_\_\_. *A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 193-287.
- BONETI, Lindomar Wessler. *Políticas Públicas por Dentro*. Ijuí: Unijuí, 2006.
- GAIGER, Luiz Inácio. Sentido e possibilidades da Economia Solidária hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel, LARA, Francisco, COSTA, Beatriz (org). *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 167-198
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 15-21 e p. 282-313.
- KAPRON, Sérgio, FIALHO, Ana Lúcia. Políticas públicas para a ES. In: CATTANI, Antonio David (org). *A outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 130-135.
- MANETTI, Dione. Autogestão e ES: A recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão. *Revista de Economia Solidária*, Brasília: Secretaria Nacional de ES, ano 1, n. 0, p.7-10, dezembro/2005.
- NOVAES, Henrique T., SERAFIM, Milena P. A necessidade de um enfoque tecnológico na ES: fábricas recuperadas e cooperativas populares na América Latina. *Proposta: Revista Trimestral da Fase*, Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, n. 112, ano 31, p. 68-77, abr./jun. 2007.
- RUTKOWSKI, Jacqueline, LIANZA, Sidney. Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia? In: JUNIOR, Antonio E. Lassance, et al. *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 167-186.
- SCHIOCHET, Valmor, SILVA, Roberto Marinho A. da, BERTUCCI, Jonas de Oliveira. A ES no Brasil: o desafio de mostrar o que não está visível. *Revista de ES*, Brasília: Secretaria Nacional de ES, ano 1, n. 0, p.41-44, dezembro/2005.
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- WEBERING, Susana Iglesias. *Conhecendo a realidade da Economia Solidária: o mapeamento de empreendimentos*. Rio de Janeiro, 2005. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Engenharia de Produção / COPPE, UFRJ, 2005.

---

<sup>11</sup> Pesquisa ainda não publicada pelo IBASE.